

Neste sábado próximo passado, 25/04, o jornal "Estadão" publicou um artigo de opinião com o título "[A baderna da Apeoesp](#)", onde faz o pior tipo de jornalismo possível para criminalizar um sindicato e toda uma classe profissional. Como o referido jornal não costuma abrir espaço para discussão sobre temas que ele acredita ser o portador da verdade, comento abaixo o artigo e mostro porque esse tipo de jornalismo não contribui para o esclarecimento da sociedade. Ainda que eu não tenha o mesmo poder de penetração do referido jornal na opinião pública, é bom saber que as redes sociais nos permitem atingir um número significativo de pessoas pensantes. Vamos ao texto.

O Estadão começa por dizer que acha lamentável a cena de "violência" que ele atribui exclusivamente aos professores em greve e já adianta que acha que isso é "mais do que um caso de polícia". Evidentemente que, se dependesse do grupo controlador do Estadão, deveria ser um caso de intervenção militar, pois alguns vidros quebrados na Secretaria da Educação é um ato de extrema violência que supera em muito as chacinas diárias em São Paulo, as escolas incendiadas e depredadas ao longo de todo o ano, a criminalidade presente no entorno da Secretaria da Educação (a Cracolândia), etc. Claro está, portanto, que o problema é extremamente grave quando se trata de vidros da porta da Secretaria de Educação. Claro também está que o jornalista que escreveu esse parágrafo introdutório não faz a menor ideia do que seja violência e nem tem conhecimento da violência que os professores sofrem todos os dias, inclusive por obra da Secretaria da Educação.

Não bastasse esse péssimo começo, o jornalista "relembra" que esse episódio é parte de "uma longa série de episódios de truculência" que, segundo o jornal, teve como ápice a "agressão" ao então governador Covas. Covas foi o primeiro tucano a se apossar do governo do Estado de São Paulo e foi reconhecidamente um dos primeiros governadores a iniciar a destruição da educação paulista, enquanto doava as rodovias paulistas para os parentes e amigos. Seu legado são os pedágios exorbitantes que pagamos até hoje. No episódio a que alude o jornal, um manifestante teria arremessado uma bandeira em direção a covas que, diga-se de passagem, saiu ileso do episódio.

No segundo parágrafo o jornalista pretende fazer gracinha ao apelar por uma analogia entre o prédio da Secretaria de Educação e os castelos medievais, referindo-se à cena em que alguns manifestantes tentavam forçar a abertura da porta do prédio com uma barra de ferro. Mas podemos ir além com essa analogia e notar que a Secretaria de Educação tornou-se mesmo uma espécie de castelo medieval, onde um secretário-mor, investido de um poder absoluto, reina soberano e dá bananas para o clamor dos professores. Lembra também, vagamente, a queda da Bastilha, que marcou o início de uma série de revoltas que culminou com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Portanto, um ícone da Revolução Francesa.

Quiça tivéssemos derrubado essa bastilha tupiniquim e conquistado o direito à educação de qualidade para todos. A Secretaria de Educação de São Paulo bem lembra o atraso, o obscurantismo e a violência a que se refere o jornalista, e suas ações, com ou sem greve, comprovam isso.

No terceiro parágrafo o escriba especula sobre o tamanho do estrago que esses "60 baderneiros, a maioria encapuzados" (número mágico!), mas que mesmo assim o jornalista identifica como professores, teriam feito caso não fossem contidos pela polícia. Num gesto patético de falácia da piedade, o jornalista apela para os "assustados funcionários" da Secretaria, como se fossem contra eles que os professores estivessem investindo com sangue nos olhos e desejos macabros. Enfim, um espetáculo literário que causa pena, dado que esperava-se mais objetividade e menos devaneios do jornalista.

Já no quarto parágrafo o jornalista começa sentenciando que "nada se salva" desse grupo ou do sindicato dos professores. Como assim, excelência? Evoca o comportamento "civilizado" do Secretário Herman, que teve a boa vontade de receber o sindicato para lhe dizer que "nada mudaria na política atual da secretaria" e, por fim, termina enaltecendo a má vontade do governo como uma condescendência nobre para com professores que, segundo o jornalista, já recebem mais do que deveriam, por exemplo. Nesse ponto o jornalista já deixou claro que não está fazendo jornalismo e nem emitindo opinião própria, mas tão somente dando sustentação à fala do próprio governo que, coincidentemente, afirma exatamente a mesma coisa. Mas então porque gastar quatro parágrafos até aqui? Não bastava dizer: leiam o site da Secretaria da Educação, por favor, lá está tudo o que o Estadão tem a dizer.

No quinto parágrafo é que as coisas começam a ficar interessantes, pois o jornalista afirma que o sindicato fez a opção pelo confronto e pelas reivindicações irrealistas. Convenhamos, excelsior jornalista, confrontar significa aqui justamente o que se faz em uma greve, pois que o contrário disso seria continuar nas salas de aula vendo a educação falir por absoluto e acreditar que essa sim deveria ser a realidade. Então, as reivindicações são mesmo irrealistas, pois que pretendem mudar essa realidade que lhe é confortável, meu caro, assim como também o é para o governador e para o Secretário, mas que incomoda muito aos professores e aos milhares de alunos das escolas públicas que têm direito à uma educação de qualidade e, principalmente, a mudarem isso que o Sr. chama de "realidade".

No sexto parágrafo é onde encontramos a grande falácia em que o Estadão e outros veículos "oficiais" de notícias do governo vêm apostando suas fichas: fazer crer que se está reivindicando algo não apenas absurdo, mas também que nem deve ser levado à sério. É bem sabido que a Educação não vem mesmo sendo levada a sério, mas vamos destrinchar um

pouco mais essa falácia para mostrar o quanto é preciso levar a sério o investimento em Educação aqui em São Paulo e no resto do Brasil.

Ao afirmar com todas as letras que a reivindicação de 75,33% de aumento nos salários é irreal, o jornalista, por má fé, omite que essa é uma proposta negociável em termos de prazos e não uma imposição absoluta para agora. Ainda que necessária para antes de ontem, essa proposta pode ser negociada em "suaves prestações", mais ou menos no mesmo modelo em que o governo tem anunciado a proposta dele, que apenas repõe, quando muito, perdas devido à inflação. Então, meu caríssimo, irreal é sua conclusão. Pior ainda: irreal é falar em aumento de salários quando o que se está propondo é realinhamento para tornar compatíveis os ganhos dos professores quando comparados aos ganhos de profissionais com formação equivalente!

É óbvio que o jornalista deve saber que os professores não ganham nem mesmo o mínimo do que deveriam para "apenas estarem equiparados a outros profissionais com a mesma formação acadêmica", como os jornalistas, por exemplo, que são formados por professores que recebem cerca da metade do salário que eles, jornalistas, receberão ao iniciarem suas carreiras. O que o Estadão está defendendo, por meio de seu articulista, é que seja mantida essa discrepância salarial absurda sob a alegação de que a equiparação é irreal. Porque irreal, meu senhor? O Estadão acredita mesmo que os professores são profissionais de segunda categoria que devem estar mais que satisfeitos em receberem metade do que recebem os demais profissionais? Essa é a visão que o Estadão tem da classe do magistério?

Os três últimos parágrafos, por fim, são pérolas para serem transformadas em contas graciosas de um colar jornalístico digno de uma peruca com péssimo gosto. Neles o jornalista lembra que o governo deu reajustes salariais em anos anteriores (Mas como assim? Não deveria ter dado?), menciona com ufanismo o famigerado "bônus", aquele dinheiro distribuído sem nenhuma transparência para uns poucos professores que são alternados ano a ano, e nem mesmo se lembra de que a inclusão desse valor nos salários reais, compondo parte daqueles 75,33%, é justamente uma das reivindicações dos professores. Má fé ou desinteligência jornalística?

O último parágrafo, por fim, resume a hipocrisia e a truculência desse jornal e, por isso, reproduzo-o na íntegra: "É altamente preocupante pensar que o futuro dos alunos da rede pública está entregue a pessoas, - ressaltadas as exceções, que cultivam a intolerância e cultuam a baderna". Pois concordamos plenamente com essa frase e lamentamos profundamente que no passado, nós professores, tenhamos produzido jornalistas capazes de causar tanta baderna em um jornal do porte do Estadão e que cultivam a intolerância aos movimentos trabalhistas. Gostaríamos muito de, no futuro, não produzirmos mais pessoas com

essa mentalidade doentia e com poder de levar seu ódio à toda uma classe profissional para as páginas de um periódico de grande circulação. Lamentamos por tê-lo produzido, meu caro.

Artigos como esse, do Estadão, não apenas desinformam porque omitem informações importantes, mas também propagam preconceitos odiosos contra uma classe profissional que é venerada em todos os países desenvolvidos do planeta. São peças de marketing político travestidas de opinião que traduzem o que de pior pode haver na liberdade de imprensa: a liberdade de mentir e manipular.